



PROCESSO : 2020 24830 000044
UNIDADE GESTORA : 248300 - Fundo Financeiro / 248400 - Fundo Previdenciário
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2019
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 043/2020/PCA/CGE
SGD N° 2020 09049 001268

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV**, nos termos do inciso XII, art. 3° da Lei Estadual n° 2.735/2013 e do Decreto Estadual n° 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2019 do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 10° da Instrução Normativa TCE n° 006/2003, tendo sido protocolada na Controladoria Geral do Estado no dia 03 de fevereiro de 2020, estando fora do prazo que determina o art. 4°, II do Decreto n° 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2019 estava sob a responsabilidade do servidor **Odirce Soares do Nascimento** – Contador;

b) O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO n° 002287/O, conforme certidão, fls.70.



2.2 Das demonstrações contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, às fls. 256 a 448, relativos ao exercício de 2019, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).

2.2.1 Balanço orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

a) Fundo Financeiro

O Orçamento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.434, de 02 de abril de 2019, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2019, determinou como crédito inicial para o Fundo Financeiro o valor de R\$ 1.204.921.739,00 (um bilhão, duzentos e quatro milhões, novecentos e vinte e um mil, setecentos e trinta e nove reais), sendo o valor autorizado de R\$ 1.244.044.213,00 (um bilhão, duzentos e quarenta e quatro milhões, quarenta e quatro mil, duzentos e treze reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício de 2019, conforme demonstrado no Anexo 11 - Por Fonte, às fls. 294.

b) Fundo Previdenciário

O Orçamento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.434, de 02 de abril de 2019, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2019, determinou como crédito inicial para o Fundo Previdenciário o valor de R\$ 116.284.860,00 (cento e dezesseis milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta reais), sendo o valor autorizado de R\$ 77.058.860,00 (setenta e sete milhões, cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício de 2019, conforme demonstrado no Anexo 11 - Por Fonte, às fls. 296.

2.2.1.1 Receita realizada

a) Fundo Financeiro

I) Houve arrecadação no valor de R\$ 755.094.190,24 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, noventa e quatro mil, cento e noventa reais e vinte e quatro centavos), referentes à Contribuições, Receitas Patrimoniais e Outras Receitas, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 270 a 272.



II) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível regular de arrecadação, com percentual médio de 60,73% do previsto, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	1.243.447.739,00	755.094.190,24	60,73
Receitas de capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.243.447.739,00	755.094.190,24	60,73

FONTE: SiafeTO anexo 10 sem Fonte por UG

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
241 – Recursos Previdenciários	1.243.447.739,00	755.094.190,24	60,73
TOTAL	1.243.447.739,00	755.094.190,24	60,73

FONTE: SiafeTO anexo 10 por UG (Fonte)

b) Fundo Previdenciário

I) Houve arrecadação no valor de R\$ 280.548.717,19 (duzentos e oitenta milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e dezessete reais e dezenove centavos), referentes à Contribuições, Receitas Patrimoniais e Outras Receitas, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 274 e 275.

II) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um excelente nível de arrecadação, com percentual médio de 364,07% do previsto, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	77.058.860,00	280.548.717,19	364,07
Receitas de capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL	77.058.860,00	280.548.717,19	364,07

FONTE: SiafeTO anexo 10 sem Fonte por UG

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
241 – Recursos Previdenciários	77.058.860,00	280.548.717,19	364,07
TOTAL	77.058.860,00	280.548.717,19	364,07

FONTE: SiafeTO anexo 10 por UG (Fonte)



2.2.1.2 Despesa executada

a) Fundo Financeiro

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 99,25%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	1.244.014.203,00	1.234.709.557,94	99,25
Despesas de capital	30.000,00	11.793,97	39,31
Reserva de Contingência	10,00	0,00	0,00
TOTAL	1.244.044.213,00	1.234.721.351,91	99,25

FONTE: SiafeTO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	596.474,00	596.473,38	100,00
241 – Recursos Previdenciários	1.243.447.739,00	1.234.124.878,53	99,25
TOTAL	1.244.044.213,00	1.234.721.351,91	99,25

FONTE: SiafeTO- Anexo 11 por Fonte

b) Fundo Previdenciário

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, excetuando-se a Reserva de Contingência, com percentual médio de 88,39%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	3.111.852,00	2.750.534,33	88,39
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	73.947.008,00	0,00	0,00
TOTAL	77.058.860,00	2.750.534,33	3,57

FONTE: Siafe-TO - anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
241 – Recursos Previdenciários	77.058.860,00	2.750.534,33	3,57
TOTAL	77.058.860,00	2.750.534,33	3,57

FONTE: SiafeTO - Anexo 11 por Fonte



2.2.1.3 Despesas de exercícios anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

a) Fundo Financeiro

Como se vê no Comparativo da Despesa, Orçada, Autorizada e Realizada - Anexo 2, às fls. 263 a 265, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores realizada até 31/12/2019 foi de R\$ 8.575.158,75 (oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos), que equivale aproximadamente 0,69% do total das despesas realizadas no período de R\$ 1.234.721.351,91 (um bilhão, duzentos e trinta e quatro milhões, setecentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos).

b) Fundo Previdenciário

Como se vê no Comparativo da Despesa, Orçada, Autorizada e Realizada – Anexo 2, às fls. 267, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores realizada até 31/12/2019 foi de R\$ 153.167,95 (cento e cinquenta e três mil, cento e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), que equivale aproximadamente 5,57% do total das despesas realizadas no período R\$ 2.750.534,33 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos).

O que pode analisar é que estas despesas por não estarem previstas ou insuficientemente dotadas no orçamento, causam a movimentação de dotações orçamentárias para sua cobertura, impactando na execução orçamentária do exercício e prejudicando o alcance de metas e, ainda, indicando descompasso entre o que foi previsto nos instrumentos de planejamento.

2.2.1.4 Das alterações do orçamento inicial

a) Fundo Financeiro

O orçamento inicial do Fundo Financeiro foi de R\$ 1.204.921.739,00 (um bilhão, duzentos e quatro milhões, novecentos e vinte e um mil, setecentos e trinta e nove reais), sendo suplementado o valor de R\$ 92.257.830,00 (noventa e dois milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e trinta reais), e reduzido o valor de R\$ 53.135.356,00 (cinquenta e três milhões, cento e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e seis reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 1.244.044.213,00 (um bilhão, duzentos e quarenta e quatro milhões, quarenta e quatro mil, duzentos e treze reais), conforme Balancete às fls. 411 a 412.



As suplementações no orçamento inicial, do Fundo Financeiro, refletem um aumento de 7,66%, o que significa dizer que o limite de solicitação de abertura de créditos adicionais suplementares está dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual de 2019, que é de 30% em cada esfera orçamentária fixada.

b) Fundo Previdenciário

O orçamento inicial do Fundo Previdenciário foi de R\$ 116.284.860,00 (cento e dezesseis milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta reais), sendo suplementado o valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), e reduzido o valor de R\$ 39.976.000,00 (trinta e nove milhões, novecentos e setenta e seis mil reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 77.058.860,00 (setenta e sete milhões, cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta reais), conforme Balancete às fls. 428 a 429.

As suplementações no orçamento inicial, do Fundo Previdenciário, refletem um aumento de 0,64%, o que significa dizer que o limite de solicitação de abertura de créditos adicionais suplementares está dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual de 2019, que é de 30% em cada esfera orçamentária fixada.

2.2.1.5 Do Déficit/Superávit Orçamentário

a) Fundo Financeiro

O Balanço Orçamentário, às fls. 310 e 311, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit de R\$ 479.627.161,67 (quatrocentos e setenta e nove milhões, seiscentos e vinte e sete mil, cento e sessenta e um reais e sessenta e sete centavos). Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária às fls. 323 e 325, temos um Déficit efetivo de R\$ 478.703.258,11 (quatrocentos e setenta e oito milhões, setecentos e três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), representando 38,77% da execução da despesa total, tendo sido apresentada justificativa em Nota Explicativa às fls. 439, conforme quadro abaixo:

Receitas Realizadas	755.094.190,24
Despesas Executadas	1.234.721.351,91
Déficit	-479.627.161,67
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	923.903,56
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	0,00
Saldo das Transferências	923.903,56
Déficit	-479.627.161,67
Déficit efetivo	-478.703.258,11



b) Fundo Previdenciário

O Balanço Orçamentário, às fls. 313 a 314, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta superávit de R\$ 277.798.182,86 (duzentos e setenta e sete milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos), demonstrando situação favorável na gestão orçamentária. Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária às fls. 328 e 330, temos um Superávit efetivo de R\$ 277.470.752,68 (duzentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e setenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos), representando 98,90% da execução da despesa, conforme quadro abaixo:

Receitas Realizadas	280.548.717,19
Despesas Executadas	2.750.534,33
Déficit	277.798.182,86
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	0,00
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	-327.430,18
Saldo das Transferências	-327.430,18
Superávit	277.798.182,86
Superávit efetivo	277.470.752,68

2.2.2 Balanço financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e dispêndios

a) Fundo Financeiro

I) A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 755.094.190,24 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, noventa e quatro mil, cento e noventa reais e vinte e quatro centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 465.449.330,10 (quatrocentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta reais e dez centavos), os recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 367.655.406,17 (trezentos e sessenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e seis reais e dezessete centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 16.039.811,90 (dezesseis milhões, trinta e nove mil, oitocentos e onze reais e noventa



centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 1.234.721.351,91 (um bilhão, duzentos e trinta e quatro milhões, setecentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 12.537.313,72 (doze milhões, quinhentos e trinta e sete mil, trezentos e treze reais e setenta e dois centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 348.545.435,93 (trezentos e quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos), restando saldo de R\$ 8.434.636,85 (oito milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 323 a 326.

b) Fundo Previdenciário

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 280.548.717,19 (duzentos e oitenta milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, setecentos e dezessete reais e dezenove centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 317.588.665,75 (trezentos e dezessete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), os recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 4.632.564,11 (quatro milhões, seiscentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e onze centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 3.643.077.601,40 (três bilhões, seiscentos e quarenta e três milhões, setenta e sete mil, seiscentos e um reais e quarenta centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 2.750.534,33 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e três centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 769.904.208,75 (setecentos e sessenta e nove milhões, novecentos e quatro mil, duzentos e oito reais e setenta e cinco centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 4.695.367,08 (quatro milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e sessenta e sete reais e oito centavos), restando saldo de R\$ 3.468.497.438,29 (três bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos), para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 328 a 331.

2.2.2.1.1 Percentual de Utilização das Dotações Autorizadas

A despesa de custeio administrativo do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, na ordem de R\$ 15.171.182,06 (quinze milhões, cento e setenta e um mil, cento e oitenta e dois reais e seis centavos), correspondente ao custeio necessário à organização e ao funcionamento da entidade, com percentual de 0,48% do total das remunerações, proventos e pensões dos segurados, relativas ao exercício de 2019 (cálculo efetuado sobre o exercício anterior) às fls. 105, dentro, portanto, do limite de 2% estabelecido no art. 69 da Lei Estadual nº 1.614, de 4 outubro de 2005, alterada pela Lei Estadual nº 1.837, de 11 de outubro de 2007.



2.2.3 Balanço patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

a) Fundo Financeiro

O Balanço Patrimonial, às fls. 338 e 339, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante no montante de R\$ 1.158.864.076,02 (um bilhão, cento e cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setenta e seis reais e dois centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

II) O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, com o Passivo Não Circulante, representado pelas Provisões a Longo Prazo, revela que o valor dos compromissos de longo prazo excedente, corresponde ao percentual de 406,02%.

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um déficit financeiro de R\$ 29.648.107,68 (vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, cento e sete reais e sessenta e oito centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 8.512.719,83 (oito milhões, quinhentos e doze mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e três centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 38.160.827,51 (trinta e oito milhões, cento e sessenta mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos), conforme fl. 344 e 350.

IV) A Unidade Gestora do Fundo Financeiro, não registrou saldo de bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, visto que se utiliza da estrutura física do Fundo Previdenciário, conforme justificado à fl. 1.436.

V) A conta contábil “Estoques”, às fls. 338, apresenta saldo no valor de R\$ 57.546,40 (cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 479, tendo sido justificado às fls. 444.

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 338, registra saldo no valor total de R\$ 8.261.462,03 (oito milhões, duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e três centavos), consoante extrato e conciliações bancárias às fls. 504, que confere com o Balanço Financeiro.

VII) Registra-se ainda, saldo na conta Créditos a Curto Prazo, no valor de R\$ 1.188.239.130,90 (um bilhão, cento e oitenta e oito milhões, duzentos e trinta e nove mil,



cento e trinta reais e noventa centavos), conforme às fls. 338, tendo sido justificado às fls. 442.

VIII) As contas do Passivo Circulante, fl. 339, totalizam um saldo de R\$ 37.694.063,31 (trinta e sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, sessenta e três reais e trinta e um centavos) correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

IX) A conta Passivo Não Circulante, fl. 339, registra saldo no valor de R\$ 1.239.656.684,68 (um bilhão, duzentos e trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), referente a Provisões a Longo Prazo.

b) Fundo Previdenciário

I) O Balanço Patrimonial, às fls. 341 e 342, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

II) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante no Montante de R\$ 4.184.598.551,22 (quatro bilhões, cento e oitenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

III) O resultado da comparação do Ativo Não Circulante, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado, com o Passivo Não Circulante, representado pelas Provisões a Longo Prazo, revela que o valor dos compromissos de longo prazo excedente, corresponde ao percentual de 397,64%.

IV) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um superávit financeiro de R\$ 3.468.463.325,84 (três bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 3.468.532.193,86 (três bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e trinta e dois mil, cento e noventa e três reais e oitenta e seis centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 68.868,02 (sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e dois centavos), conforme às fls. 345 e 351.

V) Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, à fl. 341, no valor total de R\$ 12.714.949,06 (doze milhões, setecentos e quatorze mil, novecentos e quarenta e nove reais e seis centavos), já deduzida a depreciação, não havendo divergências com o SISPAT, às fls. 451 e 473.

VI) Não consta registro de saldo na conta contábil “Estoques”, às fls. 341, onde a unidade orçamentária utiliza a logística de materiais da Unidade Gestora 248300 – Fundo Financeiro, conforme justificado às fls. 1437.



VII) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, à fl. 341, registra saldo no valor total de R\$ 4.145.645,88 (quatro milhões, cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), consoante extrato e conciliações bancárias às fls. 521.

VIII) Registra-se ainda, saldo na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo, no valor de R\$ 4.019.186.235,68 (quatro bilhões, dezenove milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos), conforme Balanço Patrimonial às fls. 341, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 443.

IX) As contas do Passivo Circulante, às fls. 342 totalizam um saldo de R\$ 68.868,02 (sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e dois centavos) correspondentes a Demais Obrigações a Curto Prazo.

X) A conta Passivo Não Circulante, às fls. 342, registra saldo no valor de R\$ 188.013.044,81 (cento e oitenta e oito milhões, treze mil, quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos), referente a Provisões a Longo Prazo.

2.2.3.1. Passivo permanente

a) Fundo Financeiro

I) Verifica-se que o Fundo Financeiro apresenta no Balanço Patrimonial, no Quadro Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, às fls. 344, um saldo no exercício de R\$ 1.239.656.684,68 (um bilhão, duzentos e trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), no Passivo Permanente, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 446.

II) Não houve registro de Dívida Fundada Interna e Externa, conforme demonstrado, às fls. 363.

III) No exercício anterior, houve um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 837.003.855,70 (oitocentos e trinta e sete milhões, três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos) e fazendo um comparativo com o saldo do exercício de 2019, percebe-se que houve um aumento desses passivos.

b) Fundo Previdenciário

I) Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial, no Quadro Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, às fls. 345, um saldo no exercício de R\$ 188.013.044,81 (cento e oitenta e oito milhões, treze mil, quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos), no Passivo Permanente, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 446.



II) Não houve registro de Dívida Fundada Interna e Externa, conforme demonstrado, às fls. 365.

III) No exercício anterior, houve um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 133.778.527,87 (cento e trinta e três milhões, setecentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e sete centavos) e fazendo um comparativo com o saldo do exercício de 2019, percebe-se que houve um aumento desses passivos.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

a) Fundo Financeiro

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 1.455.924.132,82 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 1.641.032.449,10 (um bilhão, seiscentos e quarenta e um milhões, trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e dez centavos), demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de R\$ 185.108.316,28 (cento e oitenta e cinco milhões, cento e oito mil, trezentos e dezesseis reais e vinte e oito centavos), conforme demonstrado às fls. 354 a 356, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 441 e 442.

b) Fundo Previdenciário

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 1.075.181.334,10 (um bilhão, setenta e cinco milhões, cento e oitenta e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e dez centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 942.258.166,46 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta e seis reais e quarenta e seis centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de R\$ 132.923.167,64 (cento e trinta e dois milhões, novecentos e vinte e três mil, cento e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), conforme demonstrado às fls. 358 a 360.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

a) Fundo Financeiro

I) A Demonstração dos Fluxos de Caixa, demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 8.434.636,85 (oito milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos), às fls. 381.

II) A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor negativo de R\$ 7.605.175,05 (sete milhões, seiscentos



e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e cinco centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor negativo de R\$ 7.445.247,05 (sete milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinco centavos) e das atividades de investimentos no valor negativo de R\$ 159.928,00 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e vinte e oito reais), que diminuindo do Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 16.039.811,90 (dezesseis milhões, trinta e nove mil, oitocentos e onze reais e noventa centavos) resultou num Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 8.434.636,85 (oito milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos), às fls. 381.

b) Fundo Previdenciário

I) A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 3.468.497.438,29 (três bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos), às fls. 383, tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 440.

II) A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor negativo de R\$ 174.580.163,11 (cento e setenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta mil, cento e sessenta e três reais e onze centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor negativo de R\$ 174.580.163,11 (cento e setenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta mil, cento e sessenta e três reais e onze centavos), que diminuído do Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 3.643.077.601,40 (três bilhões, seiscentos e quarenta e três milhões, setenta e sete mil, seiscentos e um reais e quarenta centavos) resultou num Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 3.468.497.438,29 (três bilhões, quatrocentos e sessenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos), às fls. 383.

2.2.6 Restos a pagar

a) Fundo Financeiro

I) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 38.160.167,51 (trinta e oito milhões, cento e sessenta mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos), deste montante, R\$ 37.694.063,31 (trinta e sete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, sessenta e três reais e trinta e um centavos) refere-se a restos a pagar processados e R\$ 466.104,20 (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e quatro reais e vinte centavos) restos a pagar não processados, não havendo saldo suficiente em caixa para atendê-las, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 323.

II) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 316, do qual foi liquidado e pago R\$ 630.154,04



(seiscentos e trinta mil, cento e cinquenta e quatro reais e quatro centavos), e cancelado R\$ 324.151,29 (trezentos e vinte e quatro mil, cento e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos), restando ainda um saldo de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 439.

III) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. 319, foi pago R\$ 39.237.158,63 (trinta e nove milhões, duzentos e trinta e sete mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos), não havendo cancelamento e saldo.

b) Fundo Previdenciário

I) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 68.868,02 (sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e dois centavos), este valor refere-se a restos a pagar processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 328.

II) Não houve registro de inscrição em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, conforme demonstrado às fls. 317.

III) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. 320, foi pago R\$ 121.600,92 (cento e vinte e um mil e seiscentos reais e noventa e dois centavos), não havendo cancelamento e nem saldo.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 72 a 137, consoante disposições do art. 10, inciso IV da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições do **Instituto de Previdência do Estado do Tocantins** com contribuição do **Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário**, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.433/2019, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.434/2019.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das ações orçamentárias prevista na Lei Orçamentária Anual, conforme demonstrados a seguir:

3.1 Ações de Gestão

a) A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, envolvendo um total de 15 (quinze) ações orçamentárias, sendo 5 (cinco) de Gestão Física e 10 (dez) de Gestão Financeira, representaram um orçamento autorizado de R\$ 1.321.103.073,00 (um bilhão, trezentos e vinte e um milhões, cento e três mil, setenta e três reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de execução de 93,67%, conforme quadro abaixo e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 81 a 101;

b) Foi identificado na tabela abaixo, que a ação 3083, teve reduzido todo seu orçamento inicial, prejudicando o cumprimento da sua meta física inicial planejada, sendo os esclarecimentos apresentados pelos o responsável da ação no demonstrativo à fl. 94;

c) A ação 4206 não teve execução financeira, tampouco execução da meta física, tendo sido apresentados os esclarecimentos pelos responsáveis conforme demonstrativos às fls. 97.

Ações de Gestão Física por Programa -UG 24830 - Fundo Financeiro

Meta Financeira								Meta Física			
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A %	L/A %	Descrição da Meta	Prevista	Realizada	Execução %
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo											
3068	2.350.000,00	-2.328.000,00	22.000,00	10.660,00	2.400,00	48,45	10,90	Unidade Reestruturada	2	0	0,00
3083	240.000,00	-240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Concurso realizado	1	0	0,00
4179	475.000,00	-220.000,00	255.000,00	124.245,55	121.186,07	48,72	47,52	Evento de capacitação	5	7	140,00
4206	530.800,00	-526.000,00	4.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Ação Divulgada	6	0	0,00
4209	120.000,00	0,00	120.000,00	89.347,00	89.347,00	74,45	74,45	Consultoria Realizada.	3	1	33,33
Total	3.715.800,00	-3.314.000,00	401.800,00	224.252,55	212.933,07	55,81	52,99				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

Ações de Gestão Financeira por Programa – UG 24830- Fundo Financeiro

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
9004	Reserva Previdenciária do RPPS-TO	26.875.810,00	-26.875.800,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4251	Manutenção de Serviços de Transporte	86.000,00	7.500,00	93.500,00	29.749,24	21.999,13	31,81	23,52
4186	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	3.203.127,00	165.500,00	3.368.627,00	2.415.683,07	2.062.679,15	71,71	61,23
4306	Pagamentos de RPV, Precatórios e despesas Processuais Previdenciários	3.863.338,00	-599.470,00	3.263.868,00	3.165.120,26	3.165.120,26	96,97	96,97
4240	Manutenção de Serviços de Informática	1.441.200,00	272.000,00	1.713.200,00	884.436,51	790.405,82	51,62	46,13
3089	Digitalização e Microfilmagem de Processos e Documentos do Arquivo	1.860.000,00	-1.859.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4271	Pagamento de Benefícios Previdenciários	1.145.087.814,00	79.896.274,00	1.224.984.088,00	1.219.550.169,85	1.219.550.169,85	99,55	99,55
4213	Manutenção de Recursos Humanos	18.788.650,00	-8.570.530,00	10.218.120,00	8.451.940,43	8.451.940,43	82,71	82,71
Total Geral		1.201.205.939,00	42.436.474,00	1.243.642.413,00	1.234.497.099,36	1.234.042.314,64	99,26	99,22

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA



Ações de Gestão Financeira por Programa – UG 24840 - Fundo Previdenciário

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
9001	Reserva Previdenciária do RPPS-TO	113.923.008,00	-39.976.000,00	73.947.008,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4270	Pagamento de Benefícios Previdenciários	2.361.852,00	750.000,00	3.111.852,00	2.750.534,33	2.750.534,33	88,38	88,38
Total Geral		116.284.860,00	-39.226.000,00	77.058.860,00	2.750.534,33	2.750.534,33	3,56	3,56
Total Geral- tabela 1,2 e 3		1.321.206.599,00	-103.526,00	1.321.103.073,00	1.237.471.886,24	1.237.005.782,04	93,67	93,63

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

a) Fundo Financeiro

No que concerne ao Fundo Financeiro, não houve recebimento de recursos de convênio da União, conforme demonstrado no anexo 10, às fls. 278 a 280, assim como não houve recursos concedidos a municípios e entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado anexo 2, às fls. 263 a 265.

b) Fundo Previdenciário

No que concerne ao Fundo Previdenciário não houve recebimento de recursos de convênio da União, conforme demonstrado no anexo 10, às fls. 282 e 283, assim como não houve recursos concedidos a municípios e entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado anexo 2, às fls. 267.

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.

No exercício de 2019 não houve análise referente aos processos de despesas de caráter obrigatório, conforme determina a Instrução Normativa nº 01/2017.

6. AUDITORIAS E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2019 não foi realizada nenhuma auditoria e Inspeção no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins e seus Fundos vinculados,



ressaltamos, porém, que no exercício em análise foram realizadas 8 (oito) procedimentos fiscalizatórios nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo abaixo relacionados:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETIVO	INSTRUMENTO
Auditoria de Regularidade	Banco do Empreendedor - Vinculado com a Setas	Examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional.	Portaria CGPT Nº 90/2018/GABSEC, de 17 de outubro de 2018, que instaura Auditoria de Regularidade no âmbito do Banco do Empreendedor (Diário Oficial do Estado nº 5.221, de 19 de outubro de 2018).
Auditoria Operacional	Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes	Avaliar o desempenho do “Sistema de Transporte Escolar”, tendo por finalidade subsidiar os responsáveis pela tomada de decisões com propositura de medidas para o aperfeiçoamento do sistema.	Portaria CGE nº 16/2019/GABSEC, de 15 de fevereiro de 2019, que instaura Auditoria Operacional no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Diário Oficial do Estado nº 5.301, de 15 de fevereiro de 2019).
Auditoria Interna Contábil	Polícia Militar do Estado do Tocantins	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/ TO - 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 33/2019/GABSEC, de 08 de abril de 2019, que restabelece os trabalhos da Comissão de Auditoria Interna Contábil, realizada na Polícia Militar do Estado do Tocantins, designada pela Portaria CGE nº 60/2018/GABSEC, de 03 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.171, de 07 de agosto de 2018, fixando a data limite até o dia 06 de maio de 2019, considerando ainda, o inteiro teor do Ofício Comissão de Auditoria CGE nº 08/2019, onde expõem pormenorizadamente os motivos da solicitação de restabelecimento do prazo fixado na Portaria CGE nº 105/2018, de 07 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado nº 5.255, de 11 de dezembro de 2018.
Auditoria Interna Contábil	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO - 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 35/2019/GABSEC, de 12 de abril de 2019, que instaura Auditoria Interna Contábil no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Defesa Agropecuária (Diário Oficial do Estado nº 5.340, de 16 de abril de 2019).
Auditoria Interna Contábil	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, bem como seus Fundos Vinculados	Atender ao disposto no inteiro teor do Acórdão nº 207/2018-TCE/TO - 2ª Câmara, em especial o item 8.11, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 36/2019/GABSEC, de 12 de abril de 2019, que instaura Auditoria Interna Contábil no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, bem como no Fundo de Modernização e Aparelhamento do Corpo de Bombeiros, Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil e Fundo de Fardamento do Corpo de Bombeiros (Diário Oficial do Estado nº 5.340, de 16 de abril de 2019).
Auditoria de Regularidade	Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação	Verificar pormenorizadamente as inconsistências que impedem a aprovação da Prestação de Contas Final do Convênio Federal, o qual fora a fonte de recursos para sua implementação.	Portaria CGE nº 87/2019/GABSEC, de 08 de julho de 2019, que instaura Auditoria no âmbito da Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades e Habitação, especificamente no Projeto de Irrigação São João (Diário Oficial do Estado nº 5.394, de 09 de julho de 2019).



Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Atender Requisição nº 359/2019 - 28º PJC, referente ao Procedimento Preparatório nº 2019.0001924, emitido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins.	Portaria CGE Nº 169/2019/GABSEC, de 16 de agosto de 2019, que instaura procedimento de Fiscalização no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, especificamente sobre os atos e fatos referenciados na Requisição nº 359/2019 - 28º PJC, referente ao Procedimento Preparatório nº 2019.0001924, emitido pelo Ministério Público do Estado do Tocantins (Diário Oficial do Estado nº 5.423, de 20 de agosto de 2019).
Fiscalização	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	Atender Diligência nº 16.674/2019, emitida por meio do Ofício nº 197/2019, 28º PJC, de 09 de outubro do corrente ano, proveniente do Ministério Público do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 292/2019/GABSEC, de 30 de outubro de 2019, que instaura procedimento de Fiscalização no âmbito da Agência Tocantinense de Saneamento - ATS, especificamente sobre os atos e fatos referenciados na Diligência nº 16.674/2019, emitida por meio do Ofício nº 197/2019, 28º PJC, de 09 de outubro do corrente ano, proveniente do Ministério Público do Estado do Tocantins (Diário Oficial do Estado nº 5.475, de 1º de novembro de 2019).

7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram Auditoria de Regularidade no Instituto de Gestão Previdenciário do Estado do Tocantins e seus Fundos Vinculados, no exercício em análise, porém houve uma auditoria não presencial realizada pela Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, órgão da Secretaria da Previdência – SPREV do Ministério da Economia - ME, conforme informado à fl. 1.411.

8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) Com referência à força de trabalho foi informado pela Entidade, como demonstrado, às fls. 1.404 a 1.406, um quantitativo de 127 (cento e vinte e sete) servidores, sendo 41 servidores efetivos, 34 (trinta e quatro) comissionados, 09 (nove) efetivos comissionados, 28 (vinte e oito) efetivos com função comissionada, 13 (treze) contratos temporários, 01 (um) requisitado, e 01 (um) desligado, conforme folha

b) Quanto aos quantitativos dos admitidos no exercício de 2019, conforme relatórios às fls. 1.407, foi informado que houve admissão de 12 (doze) servidores, sendo todos por meio de contratos temporários.



c) Infere-se ainda que os servidores responsáveis pela Entidade estão quites com a apresentação da Declaração de Bens e Renda, conforme declaração emitida pelo Gerente de Gestão de Pessoas às fls. 1409.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Sharlles Fernando Bezerra Lima, Ana Cláudia Pereira da Cunha e outros** relacionados neste processo, às fls. 7 a 21, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.1.5 alínea “a”, 2.2.3 alínea “a” III, 2.2.3.1 alínea “a” I e “b” I, 2.2.4 alínea “a”, 2.2.6 alínea “a” I e II e 3.1 alínea “b” e “c”** deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2020.

Assinado eletronicamente

Sandra Maria Branco de Souza
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

José Roberto Almeida Guimarães
Analista/Economista

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Anne Carlos da Silva
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

Wellington Júnior Silveira
Gerente de Auditoria em Governança e
Gestão Administrativa

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente Parecer de Auditoria.

Em 26/02/2020.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente